

Relatório e Contas 2018

# Relatório e Contas

# 2018



**Ilhas de Valor, S.A.**

RUA DR. LUÍS BETTENCOURT, N.º 86-1º - ANDAR-FRENTE  
9580-529 VILA DO PORTO  
SANTA MARIA, AÇORES

CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL

Exmos. Senhores,

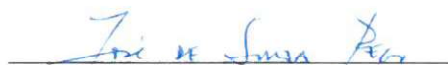
Convoca-se a Assembleia Geral Anual da Ilhas de Valor SA, com Sede na Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 86-1º Andar-Frente, em Vila do Porto, NIPC 512093601, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto sob o n.º 00152/060120, com o Capital Social de 9.000.000,00 Euros, integralmente realizado, para o dia 29 de março de 2019, pelas 15H00, na sala de reuniões da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:

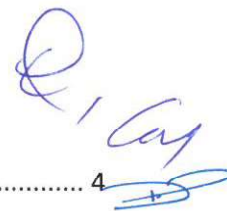
- 1 - Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2018;
- 2 - Deliberar sobre a Proposta do Conselho de Administração de Aplicação de Resultados;
- 3 – Proceder à apreciação da administração e fiscalização da sociedade.

Apenas poderão participar na reunião e votar os acionistas que possuam pelo menos dez ações, podendo os que possuam menor número agrupar-se e fazer-se representar por um dos agrupados, devendo em qualquer caso as ações estar em seu nome no respetivo livro e depositadas na Sede da Sociedade ou em qualquer estabelecimento bancário com a antecedência mínima de dez dias relativamente à data da Assembleia, comunicando-se o facto ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, para a Sede da Sociedade.

Ponta Delgada, 13 de março de 2019

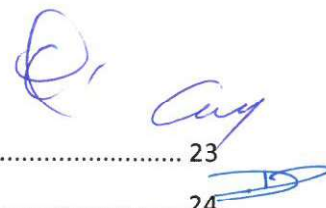
O Presidente da Mesa Assembleia Geral

  
(José de Sousa Rego)



## ÍNDICE

1.	Empresa .....	4
1.1.	Informação Geral.....	4
1.2.	Órgãos Sociais.....	6
2.	Atividades Desenvolvidas.....	10
2.1.	Ilha de Santa Maria .....	10
2.1.1.	Parque habitacional do Aeroporto de Santa Maria .....	10
2.1.2.	Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria	11
2.1.3.	Workshop “Sementes do Empreendedorismo – Valorização dos Recursos Endógenos”	12
2.2.	Ilha Graciosa.....	12
2.3.	Ilha das Flores .....	13
2.3.1.	Hotel das Flores.....	13
2.3.2.	Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão .....	13
2.3.3.	Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão.....	14
2.4.	Ilha de São Jorge .....	15
2.5.	Investimento/Exploração dos Campos de Golfe da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira	15
2.6.	Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial .....	16
2.6.1.	Linha de Crédito Açores Investe .....	16
2.6.2.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores .....	17
2.6.3.	Linha de Crédito Açores Empresas.....	17
2.6.4.	Linha de Crédito Açores Empresas II.....	18
2.6.5.	Linha de Crédito Açores Investe II.....	18
2.6.6.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II.....	18
2.6.7.	Linha de Crédito Açores Empresas III.....	19
2.6.8.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	20
2.6.9.	Medidas de Apoio ao Emprego.....	21
2.7.	Compromissos Financeiros e Financiamento .....	21
3.	Recursos Utilizados .....	22
3.1.	Recursos Humanos.....	22
3.2.	Recursos Técnico-Investimentos .....	23
4.	Situação Económica – Financeira.....	23
4.1.	Situação Económica .....	23
4.1.1.	Proveitos .....	23



4.1.2.	Custos.....	23
4.1.3.	Resultados.....	24
4.2.	Situação Financeira .....	24
4.3.	Dados Económico – Financeiros .....	24
4.4.	Indicadores Económico – Financeiros.....	25
5.	Factos Relevantes após o Termo do Exercício.....	25
6.	Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social.....	25
7.	Perspetivas .....	26
8.	Agradecimentos .....	26
9.	Aplicação de Resultados .....	26
10.	Contas .....	28
10.1.	Balanço em 31 de dezembro de 2018.....	30
10.2.	Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2018	31
10.3.	Movimentos ocorridos nas rubricas de capital.....	33
10.4.	Movimentos e Depreciações dos Ativos Fixos Tangíveis .....	35
10.5.	Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto.....	36
10.6.	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	37
10.7.	Mapas Orçamentais.....	71
11.	Relatório de Conselho Fiscal	
12.	Certificação Legal de Contas	



Senhores Acionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade “ILHAS DE VALOR, S.A.” referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2018.

## 1. Empresa

### 1.1. Informação Geral

**Firma:** A sociedade do tipo comercial, com o capital social representado por ações tem a denominação

– “ILHAS DE VALOR, S.A”.

**Data da sua constituição:** 29 de dezembro de 2005.

**Sede:** Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 86 - 1º Andar – 9580-529 Vila do Porto

**Capital:** 9.000.000,00 €.

#### Participação no Capital Social:

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,56%	4.550.000,00€
Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€

Em 25/10/2018, de acordo com o disposto na Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018 de 20 de junho de 2018, ocorreu a transferência das ações das empresas “SATA – Air Açores, SA “ (5.000 ações no valor de 25.000,00 euros ) e “Atlânticoline, SA” (5.000 ações valor de 25.000,00 euros), para a Região Autónoma dos Açores.

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado e registado correspondendo a 9 milhões de euros.



**Matrícula na C.R.C. de Vila do Porto:** 00152/060120

**N.I.P.C.:** 512 093 601.

**Objeto social:**

1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;

b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;

c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;

d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;



- b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
- c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;
- d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

**C.A.E.:** 55111 – HOTÉIS COM RESTAURANTE.

## 1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

### 1 - Mesa da Assembleia-Geral:

**Presidente:** José de Sousa Rego

**Vice-Presidente:** Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

**Secretária:** Vera Cristina Pereira Sousa

### 2 - Conselho de Administração:

**Presidente:** Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

**Vogal Executivo:** Diana Rosa Ávila Valadão

**Vogal Executivo:** Alberto da Silva Costa

### 3 - Órgão de Fiscalização:

**Fiscal Único** - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

**Fiscal Suplente** – Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

Os Órgãos Sociais são os eleitos em dezembro de 2017, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Ata de Assembleia Geral n.º 88, de 15 de dezembro de 2017.

As respetivas remunerações têm sido objeto de aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e de acordo com o previsto nos subsequentes Diplomas de aprovação da Lei do Orçamento de Estado. Assim, e nos termos da alínea i) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº 7/2008 (Regime do Setor Público Empresarial da RAA) o montante das Remunerações pagas aos membros do órgão de gestão e administração correspondeu a 154.920,84 € (*cento e cinquenta e quatro mil novecentos e vinte euros e oitenta e quatro cêntimos*) em 2018.

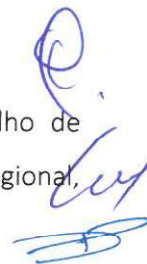
Os membros da Mesa da Assembleia-Geral, não recebem qualquer remuneração pelo desempenho das respetivas funções.

O Órgão de Fiscalização para exercer as funções de fiscal único efetivo, é a sociedade Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, com sede na Rua Dr. Caetano de Andrade n.º 5-2º Centro, em Ponta Delgada, representada pelo Sr. Dr. Duarte Félix Tavares Giesta (ROC) n.º 520; e para suplente a sociedade Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319). Este órgão é remunerado de acordo com a tabela da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sendo que durante o exercício de 2018 correspondeu ao montante de 11.136,00 € (*onze mil cento e trinta e seis euros*).

Não existe qualquer plano complementar de reforma para o Conselho de Administração.



Os **principais elementos curriculares e funções** exercidas por cada membro do Conselho de Administração, e de acordo com a alínea c) do artigo 16º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:



**Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves**, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..

Possui o Curso de "Formação Pedagógica de Formadores" e é Contabilista Certificada, como Membro Nº 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.

Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas:

Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

**Diana Rosa Ávila Valadão**, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;

- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;

- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Desde 1 de julho de 2009 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

**Alberto da Silva Costa**, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;

- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;

- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;

- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.

- Desde 09 de abril de 2013 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

Todos os membros do Conselho de Administração exercem as diversas funções de Gestão de carácter geral não especificadas, praticando e partilhando os demais atos, com exceção das seguintes:

- Na empresa participada Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda; foram exercidas funções de Gerente pela Vogal deste Conselho de Administração, Diana Rosa Ávila Valadão.

Nos termos da alínea h) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº7/2008 (Regime do setor público empresarial da RAA), o Conselho de Administração da Ilhas de Valor, S.A., reuniu ao longo de 2018 a fim de tratar das questões inerentes ao exercício das atividades para a qual foi criada, nomeadamente para apreciar e decidir sobre os diversos assuntos no âmbito da atividade desenvolvida, contratação de empreitadas e fornecimento de bens e serviços, de pessoal e de financiamentos.

## 2. Atividades Desenvolvidas

A Ilhas de Valor, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, em 2018 manteve a sua atividade, concluindo algumas das atividades que estavam em curso e com o arranque de novos projetos. Neste contexto, a sociedade Ilhas de Valor, S.A., acompanhou, concebeu e executou políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Também deu continuidade ao acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, ao funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, à gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como ao desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações, bem como o início da obra da Incubadora de Empresas de Santa Maria, assim como a promoção da inovação e do empreendedorismo.

Também correspondeu ao acompanhamento da atividade da empresa participada, Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

### 2.1. Ilha de Santa Maria

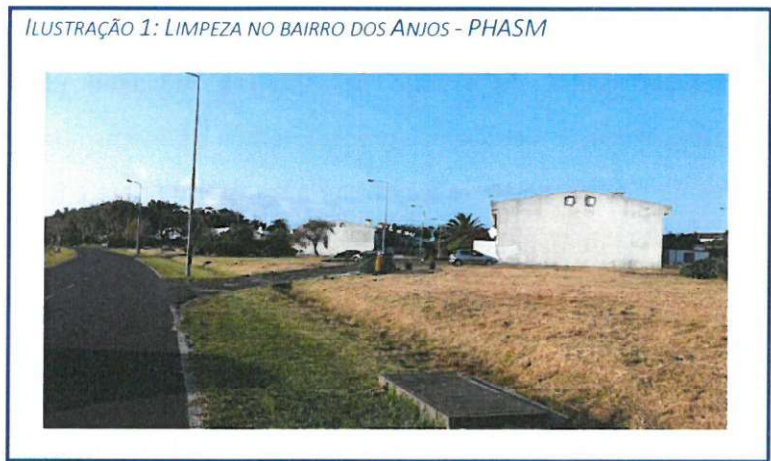
#### 2.1.1. Parque habitacional do Aeroporto de Santa Maria

Com a aprovação das condições de venda e de outras soluções para as habitações dos bairros situados na Zona do Aeroporto de Santa Maria, foi privilegiado o direito à habitação das famílias que residem naquela zona, que passaram a ter aos seu dispor diversas soluções, como a aquisição das habitações ou o arrendamento com opção de compra.

Ao longo de 2018, com base nos processos de licenciamento e nos regulamentos de venda das habitações, a Ilhas de Valor S. A., como entidade gestora dos processos em Santa Maria, deu continuidade aos contatos com todos os moradores tendo em vista a formalização do arrendamento ou venda daquelas habitações.

Além da componente da habitação, foram promovidos trabalhos de melhoramento nos acessos aos bairros, assim como a limpeza e manutenção das áreas circundantes e zonas públicas do Lugar do Aeroporto e ainda a dinamização dos espaços e áreas para outras atividades, nomeadamente turismo, comércio, indústria e cultura.

Manteve-se a limpeza e manutenção da salubridade da zona envolvente, bem como noutros espaços envolventes, zonas públicas e edificado devoluto do parque habitacional do Aeroporto, assegurando a respetiva manutenção e conservação.



### 2.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria

Foi iniciado em maio de 2018 a obra da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, com a reabilitação do Edifício das Oficinas Gerais do Aeroporto de Santa Maria. Este investimento corresponde a um valor global de 1.881.218,51 euros (um milhão oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e dezoito euros e cinquenta e um cêntimos), e com prazo previsto de conclusão para julho de 2019, tendo participação do PO2020.

*ILUSTRAÇÃO 2 E 3: OBRA DA INCUBADORA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL DE SANTA MARIA*



### 2.1.3. Workshop “Sementes do Empreendedorismo – Valorização dos Recursos Endógenos”



Em junho de 2018 foi realizado o Workshop “Sementes do Empreendedorismo – Valorização dos Recursos Endógenos”, no Centro de Formação da SATA – Aeroporto de Santa Maria em Vila do Porto, na ilha de Santa Maria.

O Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel, participou no Workshop com uma comunicação subordinada ao tema “incubadoras de empresas – que valor para o empreendedor?” Nesta iniciativa, foram feitas comunicações relativas aos sistemas de incentivos do Competir +, SIDART e ainda Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores. A Sciencentris (Fibrenamics) marcou também presença, assim como vários empreendedores locais, cujos testemunhos sobre o seu percurso inspiraram os presentes.

O workshop culminou com a visita às futuras instalações da Incubadora de Empresas (em fase de obra) a ter lugar nas antigas Oficinas Gerais do Aeroporto de Santa Maria.

Esta iniciativa faz parte de um conjunto de medidas que visam a realização do mapeamento e captação de empresários e potenciais empreendedores que serão os futuros incubados e beneficiários das condições disponibilizadas por esta incubadora.

A SDEA também participou no evento, apresentando a Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores, com vista à futura integração desta incubadora na rede, e desta forma potenciar a dinamização deste ecossistema empreendedor e impulsionador da criação de emprego e de riqueza, por via da iniciativa privada, proporcionando apoio aos empreendedores que queiram desenvolver as suas ideias de negócio e implementar projetos empresariais.

## 2.2. Ilha Graciosa

O turismo é visto como um dos pilares de desenvolvimento e progresso na ilha da Graciosa, apresentando-nos vários pontos de interesse turístico como a observação de aves marinhas e por isso ideal para a prática de birdwatching, e, a Furna do Enxofre na cratera de um antigo vulcão.

Para o Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas, a Ilhas de Valor, S.A., tem um contrato de cessão de exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009. Ao longo deste período a Ilhas de Valor, S.A., acompanhou a sua atividade e manutenção com o objetivo da oferta e serviços de qualidade e diversidade no turismo da ilha Graciosa.



## 2.3. Ilha das Flores

### 2.3.1. Hotel das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a cessão da Exploração do Hotel das Flores com a Fundação INATEL. Ao longo do ano de 2018 e anteriores, tem sido mantido o acompanhamento no funcionamento e exploração da atividade Hoteleira.

O Hotel das Flores foi um investimento basilar e que tem tido um efeito reprodutivo muito saliente no desenvolvimento da Ilha, até porque se associa a outros investimentos em infraestruturas florentinas importantes e ligadas à atividade turística, como é o caso do Museu da Baleia e Centro de Interpretação Ambiental, reforçando e impulsionando a atividade económica da ilha, gerando empregos diretos e dinamizando atividades com ela relacionadas.

ILUSTRAÇÃO 4 E 5: HOTEL DA GRACIOSA E FLORES



### 2.3.2. Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão

No Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB), manteve-se o acompanhamento e parceria no desenvolvimento da atividade, como fator importante de oferta turística desta Ilha, estando a gestão e funcionamento do mesmo a cargo do departamento governamental na área do Ambiente.

Este empreendimento contribui para a valorização dos empreendimentos circundantes, como o Hotel e o Museu.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

ILUSTRAÇÃO 6: INTERIOR DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DO BOQUEIRÃO

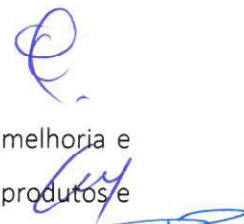


### 2.3.3. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão, na ilha das Flores, é um investimento efetuado na antiga unidade fabril, através da recuperação e reabilitação da mesma, localizada em Santa Cruz das Flores. Serve, assim, o objetivo da estratégia de transformar espaços que são da memória e do passado dos Açores, não apenas como locais de preservação da história, mas atribuindo-lhes uma função de alicerce da construção de um novo futuro, como polo de atração turística e cultural. Como atividades em 2018, foram realizados trabalhos de manutenção e promoção do espaço, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, mantendo-se o padrão de exigência da qualidade necessários para darmos resposta à procura do público interessado neste setor. Desta forma, foram realizadas obras de reabilitação, nomeadamente quanto à cobertura e claraboia do Museu.

ILUSTRAÇÃO 7 E 8: INTERIOR DO MUSEU DA FÁBRICA DA BALEIA





Procedeu-se à aquisição de diverso equipamento e mobiliário, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, nomeadamente com o merchandising, com vista à valorização dos produtos e estimulando as vendas no próprio local de exposição. Manteve-se esta infraestrutura em funcionamento com a manutenção de 4 postos de trabalho, tendo-se registado o interesse de cerca de 6.200 visitantes o que corresponde a uma evolução crescente em comparação com os anos anteriores.

## 2.4. Ilha de São Jorge

A Ilhas de Valor, S.A., mantém a concessão da Exploração da Pousada com a empresa PJA, Lda, Pousadas de Juventude dos Açores. Esta ação visa assegurar e melhorar a qualidade dos serviços prestados com o acompanhamento da atividade, tendo em vista uma prestação de serviços com qualidade, contribuindo para a preservação e promoção daquela zona.

## 2.5. Investimento/Exploração dos Campos de Golfe da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira

A sociedade Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 explora os Campos de Golfe da ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A., em 2010, e dando cumprimento ao contratualizado e aprovado em Assembleia Geral desta sociedade. A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então todos os proveitos e custos decorrentes do funcionamento da atividade dos Campos de Golfe da ilha de São Miguel. A atividade dos Campos consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada *proshop* e ocupação de tempos livres. Para além desta atividade, que é o *core-business* deste negócio, os Campos de Golfe também possuem duas infraestruturas sociais, denominadas *Clubhouse*, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como é o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

Em 18 de outubro de 2015, foi celebrado o contrato de Cessão de exploração com o Clube de Golfe da Ilha Terceira, atendendo a que esta associação sem fins lucrativos é a única responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores. Entende-se que o Golfe trata-se de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sejam integrados em eventos desportivos seja na prática individual.



Têm vindo a ser promovidos anualmente diversos eventos de golfe, que tem como objetivo consolidar o interesse dos campos de golfe dos Açores como um destino Europeu de qualidade onde se pode jogar golfe ao longo de todo o ano. Vários eventos tanto de cariz nacional como internacional vem sendo realizados, muitas vezes alternando os campos de golfe entre São Miguel e a Terceira, permitindo uma maior exposição das infra estruturas, promovendo o destino e sobretudo provocando um efeito multiplicador na economia das ilhas.

Em 2018 ocorreu a decisão de aquisição dos campos de golfe da Batalha e das Furnas à Massa Insolvente da Verdegolf, S.A., conforme objetivo do Governo Regional dos Açores para esta atividade e deliberação da Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A., tendo-se desencadeado os respetivos procedimentos.

## 2.6. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo, a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

### 2.6.1. Linha de Crédito Açores Investe

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolviam atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 40 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 8 de novembro de 2009.

A Resolução do Conselho de Governo nº 118/2010, de 22 de julho e a Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, vieram permitir aumentar o período de carência de capital e o prazo das operações já contratadas.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2017	1.057.831,30
Montante Executado em 2018	34.348,56



### 2.6.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Atualmente, a EGL encontra-se a gerir e a pagar as bonificações de 39 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017	4.614.222,18
Montante Executado em 2018	26.154,43

### 2.6.3. Linha de Crédito Açores Empresas

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até 25.000,00 € (microempresas), 100.000,00 € (pequenas empresas) e 250.000,00 € (restantes empresas). O prazo das operações foi até 5 anos para todas as empresas com um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 31 de janeiro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de mais um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017	882.518,39
Montante Executado em 2018	67.394,60

#### 2.6.4. Linha de Crédito Açores Empresas II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 60 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida às empresas pelos municípios regionais e empresas municipais.

Esta Linha encerrou a 15 de novembro de 2010. O prazo de todas as operações era de 24 meses, pelo que todas estão vencidas, tendo-se procedido apenas a pagamento de bonificações.

Unidade: Euros	
Montante Executado até 31/12/2017	818.641,28
Montante Executado em 2018	6.035,77

#### 2.6.5. Linha de Crédito Açores Investe II

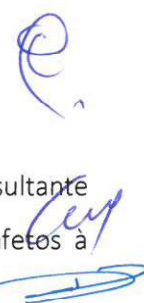
Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividades enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 250 operações.

Unidade: Euros	
Montante Executado até 31/12/2017	6.949.856,97
Montante Executado em 2018	1.937.904,17

#### 2.6.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II



Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a empresa atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 106 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017	8.440.151,20
Montante Executado em 2018	801.178,85

### 2.6.7. Linha de Crédito Açores Empresas III

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até 25.000,00 € (microempresas), 100.000,00 € (pequenas empresas) e 250.000,00 € (restantes empresas). O prazo das operações foi de 5 anos para todas as empresas, tendo, em qualquer caso, um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 3 de setembro de 2012.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. No entanto, todas as operações já se encontram fechadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017	518.057,73
Montante Executado em 2018	53.649,20



## 2.6.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

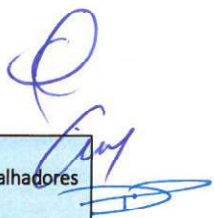
Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 163 operações, 7 das quais ainda estão ativas e beneficiam da referida Resolução. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, até ao momento, 42 empresas, estando 12 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>		<b>79.524.139,99</b>	<b>4.376</b>

Aprovadas	344	91,0%
Desistências	24	6,3%
Não aprovada	10	2,6%



Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
<b>Aprovadas</b>	<b>344</b>		<b>79.524.139,99</b>	<b>4.376</b>

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017	5.206.256,57
Montante Executado em 2018	1.241.236,50

### 2.6.9. Medidas de Apoio ao Emprego

Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consistiu num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 € (microempresas) e 100.000,00 € (pequenas e médias empresas). Até ao momento, foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2017	49.853,44
Montante Executado em 2018	19.687,15

### 2.7. Compromissos Financeiros e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2018, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de 7.955.196,06 €

(sete milhões novecentos e cinquenta e cinco mil cento e noventa e seis euros e seis cêntimos), proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, anteriormente celebrados com as instituições financeiras Novo Banco dos Açores e CEMAH, e no presente ano 2018 celebrado com o banco Santander Totta. Também estão incluídos os financiamentos resultantes dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).

Em relação ao financiamento bancário, procedeu-se à amortização parcial do empréstimo bancário no Novo Banco dos Açores e na CEMAH correspondendo ao total de 700.000,00 € (setecentos mil euros), como também foram suportados e pagos os custos financeiros associados ao financiamento bancário no valor de cerca de 198.790,33 € (cento e noventa e oito mil setecentos e noventa euros e trinta e três cêntimos).

A empresa Ilhas de Valor, S.A., não apresenta qualquer financiamento bancário de curto prazo no final de 2018.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A., contou com um Contrato-Programa com a Região para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa emergentes do mesmo, do qual foi recebido o valor de 3.740.000,00 € (três milhões setecentos e quarenta mil euros), no âmbito da Coesão até 31 de dezembro de 2018.

Por outro lado, e sendo a Ilhas de Valor, S.A., entidade gestora das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas, também contou com um Contrato-Programa no valor de 4.000.000,00 € (quatro milhões de euros).

### 3. Recursos Utilizados

#### 3.1. Recursos Humanos

No final do exercício de 2018, eram 8 trabalhadores afetos aos serviços da sede Ilhas de Valor, S.A., (Santa Maria e Flores).

Sendo que a Ilhas de Valor, S.A., também contou com 69 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira.

### 3.2. Recursos Técnico-Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2018 foram ao nível do imobilizado e inclui essencialmente algum equipamento adquirido para a empresa. O valor da rubrica “*propriedade de investimento*” é o reflexo da concretização dos investimentos em 2018 pela Ilhas de Valor, S.A, nomeadamente o Museu da Fábrica da Baleia nas Flores e algumas intervenções no Hotel das Flores.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 14.940.490,79 € (catorze milhões novecentos e quarenta mil quatrocentos e noventa euros e setenta e nove cêntimos);
- **Propriedade de investimento** – 492.185,45 € (quatrocentos e noventa e dois mil cento e oitenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos).

## 4. Situação Económica – Financeira

### 4.1. Situação Económica

#### 4.1.1. Proveitos

Verifica-se em 2018 uma redução no que respeita às vendas e prestações de serviços, que incluem o referente à cessão de exploração dos campos de golfe, resultante do respetivo processo de insolvência da Verdegolf, S.A.. Relativamente aos Subsídios à Exploração, esta conta reflete o valor dos Contratos Programa celebrados e outros subsídios de Apoio ao Emprego no total de 3.759.585,00 € (três milhões setecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e oitenta e cinco euros).

#### 4.1.2. Custos

Por outro lado, a empresa regista também uma redução em fornecimentos e serviços durante 2018 quando comparado com o ano anterior, tendo-se também refletido na respetiva receita. A rubrica gastos com pessoal também registou uma ligeira variação negativa, em sequência da saída de algum pessoal afeto à cessão de exploração dos campos de golfe em São Miguel e Terceira.



## 4.1.3. Resultados

Rubricas	PERÍODOS	
	31/12/2018	31/12/2017
Resultados operacionais	2 616 610,25	1 316 249,00
Resultados financeiros	-198 790,33	-249 813,84
Resultados antes de impostos	2 417 819,92	1 066 435,16
Resultado líquido do exercício	1 974 614,12	845 267,73

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa é positivo com um aumento relevante em relação ao ano anterior.

## 4.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2017 e 2018, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas do Património Líquido correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu Passivo Total é inferior comparativamente a anos anteriores. Refira-se que a dívida da empresa é a longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

## 4.3. Dados Económico – Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar a redução do passivo da Ilhas de Valor, S.A., por conta dos investimentos em curso e concluídos nos últimos anos, que tiveram também impacto nos principais indicadores financeiros da empresa.

Indicadores Relevantes	PERÍODOS	
	31/12/2018	31/12/2017
Total de Proveitos	1 358 920,80 €	2 018 523,93 €
Volume de Negócios	898 167,55 €	1 489 345,13 €
Resultados Financeiros	-198 790,33 €	-249 813,84 €
EBIT (Resultados Operacionais)	2 616 610,25 €	1 316 249,00 €
EBITDA (Cash-flow Operacional)	2 970 016,03 €	2 190 369,80 €
Resultados Antes de Impostos	2 417 819,92 €	1 066 435,16 €

Resultado Líquido do Exercício	1 974 614,12 €	845 267,73 €
Rendibilidade dos Capitais Próprios	12,14%	6,17%
Rendibilidade das Vendas	219,85%	56,75%
Liquidez Geral	2,50%	2,25%
Autonomia Financeira	39,86%	33,98%
Solvabilidade	66,28%	51,47%
Endividamento	60,14%	66,02%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista um decréscimo no endividamento para os 60,14%. Por outro lado, verifica-se um aumento no grau de solvabilidade e autonomia financeira.

#### 4.4. Indicadores Económico – Financeiros

Outros Indicadores	PERÍODOS	
	31/12/2018	31/12/2017
Rendibilidade operacional	291,33%	88,38%
Rendibilidade Financeira	12,14%	6,17%
Rendibilidade Económica	4,84%	2,10%
Grau de alavanca operacional	8,17%	47,03%
Grau de alavanca financeira	100,00%	100,00%
Grau de alavanca combinada	8,17%	47,03%
Grau de Cobertura de Imobilizado	101,65%	100,97%

Mantém-se o grau de alavanca financeira em 100%.

#### 5. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício.

#### 6. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

## 7. Perspetivas

Durante o ano de 2019 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descuidar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

- \* Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

- \* Desencadear os procedimentos para a conclusão e entrada em funcionamento da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, com o processo de integração na Rede de Incubadoras dos Açores e com a divulgação e contratualização dos futuros empreendedores e ocupantes desta relevante infraestrutura.

## 8. Agradecimentos

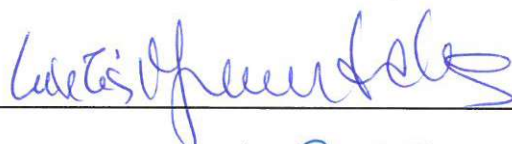
No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

## 9. Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do exercício apurado no exercício de 2018 foi de 1.974.614,12 € (um milhão novecentos e setenta e quatro mil seiscientos e catorze euros e doze cêntimos), propondo o Conselho de Administração a aplicação em reserva legal de 100.000,00 € (cem mil euros) correspondente aos 5% e o valor restante para resultados transitados.

Vila do Porto, 25 de fevereiro de 2019

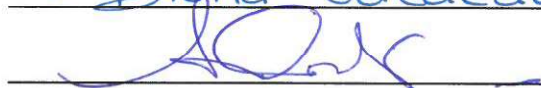
O Conselho de Administração



---



---



---



## 10. Contas

- ✓ BALANÇO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ✓ MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL
- ✓ ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ✓ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- ✓ MAPAS ORÇAMENTAIS



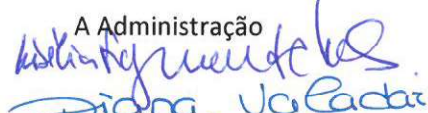
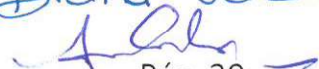
## 10.1. Balanço em 31 de dezembro de 2018

**Balanço Individual  
a 31-12-2018  
(montantes em euros)**

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	14 940 490,79	11 154 855,72
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	570 808,38	827 409,24
Propriedades de Investimento	6	492 185,45	1 576 479,87
		<b>16 003 484,62</b>	<b>13 558 744,83</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	65 086,89	64 406,38
Clientes	10	160 308,03	146 415,04
Estado e outros entes públicos	11	1 265,01	177 700,28
Outras contas a receber	10	23 967 284,64	26 157 646,08
Diferimentos	12	176,66	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	612 895,15	183 041,24
		<b>24 807 016,38</b>	<b>26 729 209,02</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>40 810 501,00</b>	<b>40 287 953,85</b>
<b>Património Líquido e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	22	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	22	620 000,00	577 000,00
Ajustamentos em Ativos Financeiros	22	27 703,82	272 738,86
Outras variações no Capital próprio	22	584 828,34	933 695,56
Resultados transitados	22	4 060 827,71	2 061 516,48
Resultado líquido do período	22	1 974 614,12	845 267,73
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>DACP</b>	<b>16 267 973,99</b>	<b>13 690 218,63</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13	7 955 196,06	8 226 235,26
Outras Contas a Pagar	14	6 650 000,00	6 650 000,00
		<b>14 605 196,06</b>	<b>14 876 235,26</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	48 768,98	117 415,55
Estado e outros entes públicos	11	300 406,53	52 138,73
Financiamentos obtidos	13	0,00	455 000,00
Outras contas a pagar	14	9 588 155,44	11 096 945,68
Diferimentos		0,00	0,00
		<b>9 937 330,95</b>	<b>11 721 499,96</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>24 542 527,01</b>	<b>26 597 735,22</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>		<b>40 810 501,00</b>	<b>40 287 953,85</b>

O Contabilista Certificado n.º 456



A Administração  
  
 Diana Valadares  
  
 Pág. 30

## 10.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2018

### Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do período de 2018 (montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2018	31/12/2017
Vendas e serviços prestados	15	898 167,55	1 489 345,13
Subsídios á Exploração	23	3 759 585,00	2 646 346,57
Ganhos/Perdas imputados de Subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos	19	(11 565,82)	(12 049,70)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(205 493,55)	(173 599,68)
Fornecimentos e serviços externos	16	(478 922,02)	(618 976,69)
Gastos com o pessoal	17	(1 396 799,41)	(1 416 781,66)
Outros rendimentos e ganhos	18	460 753,25	529 178,80
Outros gastos e perdas	19	(55 708,97)	(253 092,97)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 970 016,03</b>	<b>2 190 369,80</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(353 405,78)	(874 120,80)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 616 610,25</b>	<b>1 316 249,00</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	21	(198 790,33)	(249 813,84)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 417 819,92</b>	<b>1 066 435,16</b>
Imposto sobre o rendimento do período	24	(443 205,80)	(221 167,43)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 974 614,12</b>	<b>845 267,73</b>

O Contabilista Certificado n.º 456

*João Carlos Soares*

A Administração

*Diana da Encarnação*  
*Adriano*



## Demonstração de Resultados por Funções

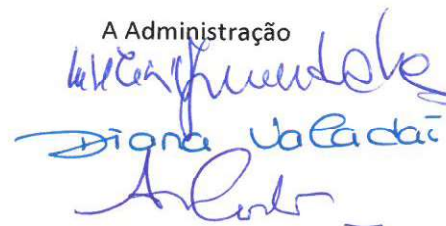
(montantes em euros)

Rubricas	PERÍODOS	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Demonstração de resultados por Funções</b>	Contribuinte:	512093601
Rubrica	31/12/2018	31/12/2017
Vendas e serviços prestados (a)	898 167,55	1 489 345,13
Custo das vendas e dos serviços prestados (b)	-684 415,57	-792 576,37
Resultado bruto	213 751,98	696 768,76
Outros rendimentos	4 220 338,25	3 175 525,37
Gastos de distribuição	0,00	0,00
Gastos administrativos	-1 817 479,98	-2 556 045,13
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Resultado operacional	2 616 610,25	1 316 249,00
Gastos de financiamento (líquidos)	-198 790,33	-249 813,84
Resultados imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (3)		0,00
Rendimentos de investimentos financeiros (3)	0,00	0,00
Perdas de imparidade e suas reversões (3)	0,00	0,00
Ganhos (perdas) cambiais (3)	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	2 417 819,92	1 066 435,16
Imposto sobre o rendimento do período	-443 205,80	-221 167,43
Resultado líquido do período	1 974 614,12	845 267,73
Resultado das actividades descontinuadas (líquidos de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00
Resultado líquidos do período atribuível a:(2) Detentores do capital da empresa-mãe Interesses minoritários		
Resultado por acção básico		

O Contabilista Certificado n.º 456



A Administração



## 10.3. Movimentos ocorridos nas rubricas de capital

## Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido do período de 2017

(Montantes em euros)

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outros instrumentos no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	7	9 000 000	577 000	6 687 592	4 083 664	1 282 563	-368 616	21 262 203	0	21 262 203
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0		0
Aplicação dos resultados do período anterior				-368 616			368 616	0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0		0
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8	9 000 000	577 000	6 318 976	4 083 664	1 282 563	0	21 262 203	0	21 262 203
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9						845 268	845 268		845 268
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	10=8+9						845 268	22 107 471	0	22 107 471
Realizações de Capital								0		0
Distribuições							0	0		0
Outras operações -RL POC								0		0
Outras operações			0	-4 257 460	-3 810 925	-348 867		-8 417 252		-8 417 252
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>	11	0			0	0	0	0	0	0
	12=7+8+9+11	9 000 000	577 000	2 061 516	272 739	933 696	845 268	13 690 219	0	13 690 219

O Contabilista Certificado n.º 456



A Administração  
  
 Dione da Costa  
  
 Pág. 33

**Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido do período de 2018**

(Montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outros instrumentos no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>	7	9 000 000	577 000	2 061 516	272 739	933 696	845 268	13 690 219	0	13 690 219
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Aplicação dos resultados do período anterior								0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0		0
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8	9 000 000	577 000	2 061 516	272 739	933 696	845 268	13 690 219	0	13 690 219
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9						1 974 614	1 974 614		1 974 614
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	10=8+9						1 974 614	15 664 833	0	15 664 833
Realizações de Capital										
Distribuições							0	0		0
Outras operações -RL POC							0	0		0
Outras operações			43 000	1 999 311	-245 035	-348 867	-845 268	603 140		603 140
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018</b>	11 12=7+8+9+11	9 000 000	620 000	4 060 827	27 704	584 828	1 974 614	16 267 974	0	16 267 973

O Contabilista Certificado n.º 456

*Fernando Sousa*

A Administração  
*Luís António Mendes*  
*Diogo Valadares*  
*André*

## 10.4. Movimentos e Depreciações dos Ativos Fixos Tangíveis

(Montantes em euros)

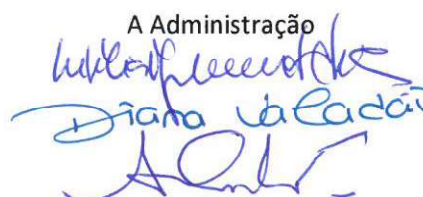
	Terrenos e Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial a 1-1-2018	18.012.519,39	535.177,95	64.902,75	228.580,40	308.434,10	19.149.614,59
Investimento	0,00	2.825,41	0,00	0,00	0,00	2.825,41
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2018	18.012.519,39	538.003,36	64.902,75	228.580,40	308.434,10	19.152.440,00

(Montantes em euros)

	Terrenos e Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
<b>Depreciações e perdas por imparidades acumuladas</b>						
Saldo inicial a 01-01-2018	6.937.920,76	477.765,57	64.902,75	207.431,36	306.738,43	7.994.758,87
Depreciações do período	342.090,95	6.046,37	0,00	5.268,46	0,00	353.405,78
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	4.166.348,18	-31.423,47	0,00	2.986,40	-1.695,67	4.136.215,44
Saldo final a 31-12-2018	3.113.663,53	515.235,41	64.902,75	209.713,42	308.434,10	4.211.949,21

O Contabilista Certificado n.º 456



A Administração  
  
 Diana Valadares

## 10.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto

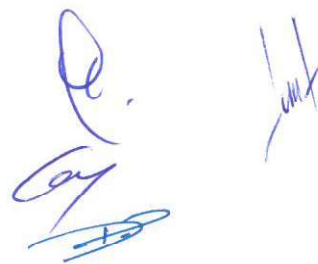
Rubricas	PERÍODOS	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxo das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1 114 656,10	1 151 934,73
Pagamentos a fornecedores	1 363 541,10	1 037 236,70
Pagamentos ao pessoal	1 396 799,41	1 481 781,68
Caixa gerada pelas operações	-1 645 684,41	-1 367 083,65
Pagamentos/recebimento do imposto s/ rendimento	209 624,60	391 618,62
Outros pagamentos/recebimentos actividade operacional	-528 141,18	-211 908,16
Fluxo de caixa das actividades operacionais	-2 383 450,19	1 187 373,19
<b>Fluxo das actividades de investimento</b>		
Pagamentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	447 951,00	41 290,42
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis, Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	419 311,60	419 311,58
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxo de caixa das actividades de investimento	-28 639,40	378 021,16
<b>Fluxo das actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	4 388 015,60	970 386,81
Realizações de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	3 759 585,00	2 646 346,57
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	5 114 054,80	2 456 386,81
Juros e custos similares	191 602,30	248 607,62
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxo de caixa das actividades de financiamento	2 841 943,50	911 738,95
Variação da caixa e seus equivalentes	429 853,91	102 386,92
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	183 041,24	80 654,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	612 895,15	183 041,24

O Contabilista Certificado n.º 456



A Administração  
  


10.6. Anexo às Demonstrações Financeiras



Exercício Económico de 2018

## ÍNDICE

1.	Identificação da Entidade .....	40
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	40
2.1.	Bases de apresentação.....	40
2.2.	Políticas contabilísticas.....	41
2.3.	Moeda das demonstrações financeiras.....	41
3.	Principais Políticas Contabilísticas .....	41
3.1.	Saldos e transações em moeda estrangeira.....	41
3.2.	Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial) .....	41
3.3.	Investimentos em empresas associadas e outras empresas (Método do Custo).....	42
3.4.	Outros ativos correntes.....	43
3.5.	Caixa e seus equivalentes.....	43
3.6.	Empréstimos .....	43
3.7.	Clientes e dívidas de terceiros.....	44
3.8.	Ativos fixos tangíveis .....	44
3.9.	Locação financeira e operacional.....	45
3.10.	Inventários .....	46
3.11.	Rédito e regime do acréscimo.....	46
3.12.	Resultados financeiros .....	46
3.13.	Imposto sobre o rendimento .....	47
3.14.	Principais fontes de incerteza das estimativas .....	47
3.15.	Imparidade de activos, excluindo goodwill .....	48
3.16.	Classificação da demonstração da posição financeira.....	49
3.17.	Eventos subsequentes .....	49
4.	Fluxos de Caixa .....	49
5.	Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas .....	50
6.	Ativos Tangíveis, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	50
7.	Ativos Intangíveis.....	53
8.	Participações financeiras - MEP .....	54
9.	Inventários.....	55
10.	Clientes e Contas a Receber .....	56
11.	Estado e Outros Entes Públicos .....	58
12.	Diferimento de Gastos.....	59
13.	Financiamentos Obtidos.....	60
14.	Fornecedores e Outras Contas a Pagar.....	61



## Relatório e Contas 2018

15.	Rédito .....	62
16.	Fornecimentos e Serviços Externos .....	63
17.	Gastos com o Pessoal .....	64
18.	Outros Rendimentos e Ganhos.....	65
19.	Outros Gastos e Perdas .....	66
20.	Juros e Rendimentos Similares Obtidos.....	66
21.	Juros e Gastos Similares Suportados .....	66
22.	Capitais Próprios.....	67
23.	Subsídios destinados á Exploração. ....	68
24.	Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas .....	69
25.	Divulgações Exigidas por Diplomas Legais .....	69
26.	Acontecimentos após o fecho .....	70
27.	Data de Emissão.....	70

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



## 1. Identificação da Entidade

1.1 — *Designação da entidade: Ilhas de Valor S.A.*

1.2 — *Sede: Rua DR Luís Bettencourt 86 – 1º Vila do Porto*

1.3 — *Natureza da atividade: planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços*

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

### 2.1. Bases de apresentação


A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* (“IAS”) emitidos pela *International Standards Committee* (“IASC”), os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e respectivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e *Standing Interpretation Committee* (“SIC”).



## 2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas na nota 3. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Não houve derrogações das disposições do SNC AP.

## 2.3. Moeda das demonstrações financeiras

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

### 3.1. Saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira, publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período.

### 3.2. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

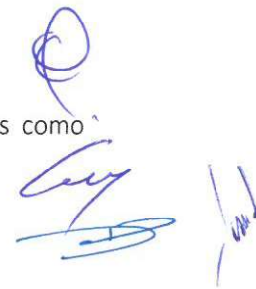
É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

### 3.3. Investimentos em empresas associadas e outras empresas (Método do Custo)

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas associadas e outras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o valor pago acrescido de despesas de transação ou ao custo considerado na data de transição para as NCRF, e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os investimentos são mantidos ao custo de aquisição ou ao custo considerado, deduzido, quando aplicável, de perdas de imparidade estimadas.

As prestações suplementares concedidas pela Empresa a empresas associadas e outras empresas são registadas pelo respetivo valor nominal. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas associadas e outras empresas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídos à Empresa desde que os capitais próprios dessas empresas não fiquem inferiores à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e outras empresas são registados como rendimentos.



### 3.4. Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor estimado de recuperação e é reconhecido na demonstração de resultados do exercício.

### 3.5. Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

### 3.6. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica "Outros passivos correntes".

### 3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

### 3.8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	5 a 100
Equipamento básico	3 a 20
Equipamento de transporte	4 a 16
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 12

### 3.9. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

### 3.10. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

### 3.11. Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O método usado na mensuração do rédito foi o método da percentagem de acabamento das obras, nos contratos de construção.

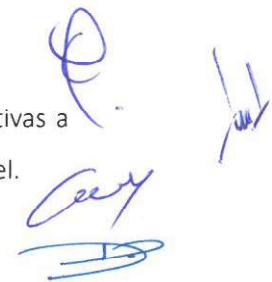
Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

### 3.12. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças

de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.



### 3.13. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,8%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

### 3.14. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.



Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### 3.15. Imparidade de ativos, excluindo goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### 3.16. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

### 3.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## 4. Fluxos de Caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos fluxos de caixa, foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Caixa	7.262,18	7.005,59
Depósitos à ordem	605.632,97	176.035,65
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	612.895,15	183.041,24
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	<b>612.895,15</b>	<b>183.041,24</b>

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

## 5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

Durante o exercício de 2018, e pela aplicação do decreto-lei 192/2015 no âmbito do SNC-AP, ocorreram alterações de políticas contabilísticas comparativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reconhecidos na conta de património líquido os movimentos de correções relativos a períodos anteriores.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

## 6. Ativos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade foram os seguintes:

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial a 1-1-2018	18.012.519,39	535.177,95	64.902,75	228.580,40	308.434,10	19.149.614,59
Investimento	0,00	2.825,41	0,00	0,00	0,00	2.825,41
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo final a 31-12-2018</b>	<b>18.012.519,39</b>	<b>538.003,36</b>	<b>64.902,75</b>	<b>228.580,40</b>	<b>308.434,10</b>	<b>19.152.440,00</b>

A variação nos ativos fixos tangíveis foi na aquisição de equipamento no valor de 2.825,41 euros.

### Depreciações do exercício e Acumuladas

	Terrenos e Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
<b>Depreciações e perdas por imparidades acumuladas</b>						
Saldo inicial a 01-01-2018	6.937.920,76	477.765,57	64.902,75	207.431,36	306.738,43	7.994.758,87
Depreciações do período	342.090,95	6.046,37	0,00	5.268,46	0,00	353.405,78
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	4.166.348,18	-31.423,47	0,00	2.986,40	-1.695,67	4.136.215,44
<b>Saldo final a 31-12-2018</b>	<b>3.113.663,53</b>	<b>515.235,41</b>	<b>64.902,75</b>	<b>209.713,42</b>	<b>308.434,10</b>	<b>4.211.949,21</b>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram no montante de 353.405,78 euros. Em 2017 foram de 874.120,80 euros, sendo o valor inferior em 520.715,02 euros. A diferença resulta da adaptação ao decreto-lei 192/2015 que promove uma redução muito significativa principalmente nas amortizações dos edifícios.

O Desreconhecimento resulta da aplicação do decreto-lei 192/2015, que impõe o recálculo das amortizações praticadas desde 2009, com base em novas taxas de amortização e tempo de vida útil.

Valor líquido	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
<b>A 31-12-2017</b>	11.074.598,63	57.412,38	0,00	21.149,04	1.695,67	11.154.855,72
<b>A 31-12-2018</b>	<b>14.898.855,86</b>	<b>22.767,95</b>	0,00	<b>18.866,98</b>	0,00	<b>14.940.490,79</b>

Face às aquisições no valor de 2.825,41 euros, as amortizações do exercício no valor de 353.405,78 e aplicação do Desreconhecimento pela aplicação do decreto-lei 192/2015 no valor de 4.136.215,44 euros, o valor líquido dos ativos passou de 11.154.855,72 euros para 14.940.490,79 euros.

### Propriedades de Investimento

	Terrenos e Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	A. F. Tangíveis Em Curso	A. F. Tangíveis Em Curso
<b>Ativo bruto:</b>						
<b>Saldo inicial a 1-1-2018</b>	<b>1.576.479,87</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>1.576.479,87</b>
<b>Investimento</b>	<b>492.185,45</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>492.185,45</b>
<b>Desinvestimento</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Desreconhecimento</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Transferências e abates</b>	<b>-1.576.479,87</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>-1.576.479,87</b>
<b>Saldo final a 31-12-2018</b>	<b>492.185,45</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>492.685,45</b>

Nos ativos fixos tangíveis em curso, ocorreu a concretização nos seguintes investimentos:

- Incubadora do C.D.I. Empresarial de Santa Maria no valor de 427.068,78 euros;
- Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão nas Flores no valor de 65.116,67 euros.

## 7. Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis	Projetos Desenvolvimento	Total Ativos Intangíveis
<b>Ativo bruto:</b>		
Saldo inicial a 1-1-2018	383.991,32	383.991,32
Investimento	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00
<b>Saldo final a 31-12-2018</b>	<b>383.991,32</b>	<b>383.991,32</b>

Não houve alterações nos ativos fixos intangíveis.

Depreciações e perdas por imparidades acumuladas		Total das Amortizações
Saldo inicial a 01-01-2018	383.991,32	383.991,32
Depreciações e perdas de imparidades do período	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00
<b>Saldo final a 31-12-2018</b>	<b>383.991,32</b>	<b>383.991,32</b>

Os ativos fixos intangíveis estão totalmente amortizados.

Valor liquido Intangíveis	
A 01-12-2018	0,00
A 31-12-2018	0,00

Os ativos fixos Intangíveis no final do exercício não têm valor contabilístico.

## 8. Participações Financeiras – MEP

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos foram como segue:

Descrição	Capital	Participação	Ajustamento
Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda.	<u>956.750,79</u>	<u>60,87%</u>	<u>582.374,21</u>
<b>TOTAL</b>	<b><u>956.750,79</u></b>		<b><u>582.374,21</u></b>

Descrição	Resultado	%	Ajustamento
Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda.	-19.000,86	<u>60,87%</u>	11.565,82

O quadro indica os valores dos capitais próprios da empresa participada, a participação no capital da mesma, assim como o resultado obtido pela empresa, sendo ajustados na conta de Investimentos Financeiros, pelas variações nos capitais próprios, assim como a imputação como custo dos resultados.

<u>Investimentos Financeiros</u>	<u>31-12-2017</u>	<u>Aumentos/Diminuições</u>		<u>31-12-2018</u>
Participações no Capital Social	827.409,24	-245.035,04	-11.565,82	570.808,38
Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	827.409,24	-245.035,04	-11.565,82	570.808,38

- A Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. Contempla uma diminuição de 245.035,04 euros pelos ajustamentos dos capitais, e uma diminuição em 11.565,82 euros pelo ajustamento da imputação dos resultados, passando o seu valor de 827.409,24 euros para 570.808,38 euros.

- O valor da participação financeira era de 827.409,24 euros em 2017, face aos ajustamentos em 2018 a participação financeira pelo método da equivalência patrimonial é de 570.808,38 euros.

## 9. Inventários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, os movimentos ocorridos foram como segue:

<u>Matérias-primas</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Inventário inicial m/p	48.588,93	34.309,39
Compras de m/p	203.695,69	182.909,24
Regularização Existências	0,00	0,00
Inventário final mercadorias	47.103,61	48.588,93
Custo M. V. e M. C.	205.181,01	168.629,40



<u>Mercadorias</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Inventário inicial m/p	15.817,45	15.785,14
Compras de m/p	2.478,37	5.002,29
Regularização Existências	0,00	0,00
Inventário final mercadorias	17.983,28	15.817,45
Custo M. V. e M. C.	<b>312,54</b>	<b>4.969,98</b>

Inventário final mercadorias	<b>65.086,89</b>	<b>64.406,38</b>
Custo Total M. V. e M. C.	<b>205.493,55</b>	<b>173.599,68</b>

Compra de mercadorias e matérias-primas relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe, e com o Museu da Fábrica da Baleia das Flores.

## 10. Clientes e Contas a Receber

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Clientes c/c	160.308,03	146.415,04
Clientes golfe São Miguel	90.215,36	67.238,86
Clientes golfe Terceira	19.435,64	28.879,21
Clientes Ilhas de Valor	50.657,03	50.296,97

O saldo de clientes em 2018 é de 160.308,03 euros, sendo que em 2017 era de 146.415,04 euros.

<u>Outras contas a receber</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Outros devedores por acréscimos	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	212,40
<b>Outras contas a receber</b>	<b>23.967.284,64</b>	<b>26.157.433,68</b>
<b>Total</b>	<b>23.967.284,64</b>	<b>26.157.433,68</b>

Segue abaixo o quadro complementar com pormenorização dos valores apresentados:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<b>Devedores por Acréscimos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Remunerações a liquidar	594,87	0,00
Fornecedores de Investimentos	<b>0,00</b>	<b>212,40</b>
Fornecedores de Investimentos C/C	0,00	212,40
<b>Outros Devedores</b>	<b>23.966.689,77</b>	<b>26.157.433,68</b>
Fundo garantia - linha Açores Investe	3.000.000,00	3.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas	1.000.000,00	1.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Investe II	4.500.000,00	4.500.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas III	400.000,00	400.000,00
Diversas Linhas	485.051,09	474.112,86
Linha Açores Investe	289.244,97	321.730,45
Linha Reestruturação	0,00	0,00
Verdegolf	0,00	1.307.744,25
Linha Açores Empresas II	51.888,84	57.924,61

Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda.	486.437,52	394.337,52
Linha Açores Empresas I	40.472,55	54.242,73
Linha Reestruturação II	936.155,98	1.280.118,36
Linha Reestruturação III	1.644.202,38	1.666.267,82
Linha Açores Investe II	1.408.519,04	2.663.486,02
Linha Açores Empresas III	44.927,74	96.776,14
Linha Empresas PVE	7.736.505,28	8.487.639,21
Programa Estabilização do Emprego	129.571,45	95.674,37
Linha Açores Empresas III	5.631,95	0,00
Clube Golf Terceira	75.000,00	25.000,00
Verde Coragem Clube	300,00	300,00
Linha Reestruturação	121.405,62	124.104,06
Linha Açores Empresas II	84.454,09	78.418,32
Linha Açores Empresas I	54.622,12	40.851,94
Linha Reestruturação II	432.667,40	88.705,02
Massa Insolvente Verdegof	740.000,00	0,00
Vencimentos/Impostos 2013 a 2017	18.152,33	0,00
Massa Insolvente Verdegof	281.479,42	0,00

## 11. Estado e Outros Entes Públicos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:



## Relatório e Contas 2018

<u>Saldos devedores</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
IRC	0,00	170.451,19
Imposto sobre o valor acrescentado	1.265,01	6.965,36
Outros impostos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.265,01</b>	<b>177.700,28</b>



<u>Saldos credores</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Pagamento por conta de IRC	0,00	0,00
Retenções na fonte de terceiros	10.929,22	10.371,82
Imposto estimado	233.581,25	0,00
Contrib. Para Segurança Social	54.241,16	41.483,18
IVA	1.654,90	483,05
Imposto selo	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>300.406,53</b>	<b>52.138,73</b>

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

## 12. Diferimento de Gastos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como se segue:

<u>Gastos a reconhecer</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Seguros	176,66	0,00
Outros gastos a reconhecer	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>176,66</b>	<b>0,00</b>

### 13. Financiamentos Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

<u>Financiamentos obtidos não correntes</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<u>Empréstimos bancários</u>		

BANIF Sider Flores	582.425,03	698.910,03
BANIF Sider Graciosa	772.771,03	927.325,23
CEMAH	3.000.000,00	3.500.000,00
NOVO BANCO DOS AÇORES	2.900.000,00	3.100.000,00
SANTANDER TOTTA	700.000,00	0
<b>TOTAL</b>	<b>7.955.196,06</b>	<b>8.226.235,26</b>

Financiamento a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os planos financeiros para cada.

A Ilhas de Valor, S.A., no final de 2018, não apresenta saldo em Financiamento de Curto Prazo.

## 14. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<u>Fornecedores conta corrente</u>	<b>48.768,98</b>	<b>117.415,55</b>
Fornecedores golfe de São Miguel	22.667,33	58.885,31
Fornecedores conta corrente	22.667,33	58.885,31
Fornecedores golfe Terceira	7.681,67	14.919,07
Fornecedores conta corrente	7.681,67	14.919,07
Fornecedores Ilhas de Valor	18.419,98	43.611,17
Fornecedores conta corrente	18.419,98	10.250,57

O saldo de fornecedores em 2018 é de 48.768,98 euros, sendo o mesmo em 2017 de 117.415,55 euros.

<u>Outras contas a pagar - Corrente</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<u>Credores por acréscimos de gastos</u>		
Seguros a Liquidar	0,00	0,00
Acréscimo Remunerações a liquidar	166.333,79	192.427,78
Juros a liquidar	7.357,79	13.296,22
Outros credores por acréscimos de gastos	0,00	150,00
Remunerações a liquidar e Sindicato	68.881,90	95,04
	<b>242.573,48</b>	<b>205.969,04</b>

## Relatório e Contas 2018

### Outros credores - Corrente

Capital Subscrito por realizar	0,00	630.000,00
Linhas Credito Bancos	9.186.051,19	10.702.346,92
Impostos diferidos	118.090,34	188.534,68
Fornecedores de Investimentos	41.440,43	0,00
<b>Total</b>	<b>9.345.581,96</b>	<b>10.890.881,60</b>

### Outros credores - Não Corrente

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Linhas de Crédito	6.650.000,00	6.650.000,00
<b>Total</b>	<b>6.650.000,00</b>	<b>6.650.000,00</b>

Outras contas a pagar no valor de 242.573,48 euros e outros credores no montante de 9.345.581,96 euros, representam a totalidade contas e credores em corrente.

Outros Credores não corrente no valor de 6.650.000,00 euros referente ao Fundo de Garantia de Linhas de Crédito conforme discriminado, totalizam 16.238.155,44 euros, sendo o total de outras contas a pagar em passivo corrente e não corrente.

## 15. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<u>Rédito</u>		
Vendas de mercadorias	14.207,56	15.555,76

## Relatório e Contas 2018

Vendas de produtos	58.952,90	63.714,51
Prestação de serviços	825.007,09	1.410.074,86
<b>Total</b>	<b>898.167,55</b>	<b>1.489.345,13</b>

Verifica-se uma redução de vendas e diminuição de prestação de serviços por força do processo de insolvência da Verdegolf, S.A., originando a não faturação dos resultados por conta do contrato de exploração dos campos de golfe.

### 16. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Trabalhos Especializados	97.719,50	131.221,91
Publicidade e Propaganda	3.683,13	15.824,42
Vigilância e Segurança	322,08	0,00
Honorários	45.013,00	55.444,00
Conservação e Reparação	110.199,78	188.860,55
Outros Serviços	0,00	0,00
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	14.627,23	19.788,67
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	4.323,64	4.126,12
Artigos para Oferta	161,02	1.950,60
Outros Materiais	2,05	0,00



Eletricidade	41.944,51	38.948,57
Combustíveis	74.998,53	79.441,28
Água	9.438,98	4.238,75
Outra Energia e Fluidos	1.465,85	1.860,19
Deslocações e Estadas	16.764,63	18.445,53
Transporte Mercadorias	670,39	135,53
Outros transportes	958,00	1.036,98
Rendas e Alugueres	11.889,15	12.164,22
Comunicação	15.692,11	15.427,42
Seguros	3.637,99	8.628,80
Contencioso e Notariado	364,15	105,00
Despesas de Representação	356,00	90,18
Limpeza e Higiene	22.494,99	18.928,30
Outros Serviços	2.195,31	2.309,67
<b>Total</b>	<b>478.922,02</b>	<b>618.976,69</b>

Redução generalizada das despesas gerais, sendo que estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade da empresa.

## 17. Gastos com o Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Remunerações dos órgãos sociais	154.920,84	160.433,13
Remunerações do pessoal	965.682,05	941.856,07
Encargos s/ remunerações	249.267,57	233.144,49
Seguros	20.772,22	20.299,25
Outros	6.156,73	9.042,45
<b>Total</b>	<b>1.396.799,41</b>	<b>1.416.781,66</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Variação negativa no valor de 19.982,25 euros com pouca relevância nos custos globais.

## 18. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos Pronto Pagamento	68,86	0,00
Ganhos em Investimentos	0,00	0,00
Outros	460.684,39	529.178,80
<b>Total</b>	<b>460.753,25</b>	<b>529.178,80</b>

Dos 460.753,25 euros contabilizados em outros proveitos, 384.913,56 euros dizem respeito à Imputação do Subsídio ao investimento nos Hotéis Flores e Graciosa.

Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções exercício anterior

## 19. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<b>Impostos</b>	47.563,02	44.215,31
<b>Taxas</b>	3.442,95	1.579,12
<b>Gastos Perdas Subsidiarias</b>	11.565,82	12.049,70
<b>Outros</b>	4.703,00	207.298,54
<b>Total</b>	<b>67.274,79</b>	<b>265.142,67</b>

A verba de 47.563,02 euros inclui:

IMI e Imposto Selo em operações bancárias, bem como impostos sobre transportes.

A verba 11.565,82 euros resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial referente à "Pousada da juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda".

A verba de 4.703,00 são quotizações pagas a entidades externas.

## 20. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

## 21. Juros e Gastos Similares Suportados

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<b>Juros de financiamentos suportados</b>		
Juros bancários	169.336,02	222.887,58
Juros de outros empréstimos	0,00	0,00
Juros compensatórios	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros	29.454,31	26.926,26
<b>Total</b>	<b>198.790,33</b>	<b>249.813,84</b>

O quadro acima, representa os Juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, assim como sobre amortizações dos empréstimos conforme planos financeiros existentes.

Restantes despesas relacionadas com despesas cobradas pelos bancos relacionadas com os financiamentos existentes.

## 22. Capitais Próprios

O capital está representado por 1.800.000 ações ao portador de valor nominal de cinco euros cada, pertencentes a:

Acionistas	Ações	
	Número	Valor Nominal
Região Autónoma dos Açores	910.000	4.550.000,00
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890.000	4.450.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.800.000</b>	<b>9.000.000,00</b>

Em 25 de outubro ocorreu a transmissão das ações das empresas "SATA – Air Açores, SA " (5.000 ações no valor de 25.000,00 euros ) e "Atlânticoline, SA" (5.000 ações valor de 25.000,00 euros), para a Região Autónoma dos Açores.

### Variações na rubrica de Capitais Próprios

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>Variações</u>
<b>51 - Capital</b>	9.000.000,00	9.000.000,00	0
<b>55 - Reservas Legais</b>	577.000,00	620.000,00	43.000,00
<b>56 - Resultados Transitados</b>	2.061.516,48	4.060.827,71	1.999.311,23
<b>57 - Ajustamentos A. Financeiros</b>	272.738,86	27.703,82	-245.035,04
<b>59 – O. Variações Capital Próprio</b>	933.695,56	584.828,34	-348.867,22
<b>Resultados</b>	845.267,73	1.974.614,12	1.129.346,39
<b>Total</b>	<b>13.690.218,63</b>	<b>16.267.973,99</b>	<b>2.577.555,36</b>

Desta forma os capitais próprios da empresa que eram de 13.690.218,63 euros em 2017 passam para 16.267.973,99 euros em 2018.

### 23. Subsídios destinados á Exploração

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<b>Subsídios à Exploração</b>	3.759.585,00	2.646.346,57
<b>Total</b>	<b>3.759.585,00</b>	<b>2.646.346,57</b>

Durante o ano de 2018 a empresa recebeu 3.759.585,00 euros de subsídios destinados à exploração, nos quais se inclui o referente ao Contrato-Programa no âmbito da Coesão no valor 3.740.000,00 euros, e 19.585,00 euros relacionados com o Programa Integra.

## 24. Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<u>Imposto corrente</u>	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00
Colecta	443.205,80	221.167,43
Derrama	0,00	0,00
	<hr/> 443.205,80	<hr/> 221.167,43
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
<u>Imposto diferido</u>	<hr/> 0,00	<hr/> 0,00
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>	<hr/> <b>443.205,80</b>	<hr/> <b>221.167,43</b>
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Imposto calculado sobre o resultado, e com base nas taxas em vigor nos Açores.

## 25. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Foram pagos a título de honorários por auditoria e certificação legal das contas os montantes de 11.136,00 euros.

## 26. Acontecimentos após o fecho

Não houve alterações após o fecho do exercício.

## 27. Data de Emissão

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras a 25 de fevereiro de 2019.

O Contabilista Certificado n.º 456

*Fernando Soares*

A Administração

*Isabel Almeida*  
*Diana Valadares*  
*J. A. S.*



## 10.7. Mapas Orçamentais



## Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2018  
Lançamento: 000

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>Saldo de gerência anterior</b>							
Operações orçamentais [1]	0,00	131.186,24	0,00	0,00	0,00	131.186,24	0,00
Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]					51.855,00	51.855,00	
<b>Receita corrente</b>							
<b>R1 Receita fiscal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R5 Transferências Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R5.1 Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R5.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	898.167,55	0,00	0,00	0,00	0,00	898.167,55	0,00
R7 Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Receita de Capital</b>							
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R9 Transferências de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>7.740.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.740.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R9.1 Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>7.740.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.740.000,00</b>	<b>0,00</b>
R9.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4 Administração Regional	0,00	7.740.000,00	0,00	0,00	0,00	7.740.000,00	0,00
R9.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	751.134,13	0,00	0,00	0,00	0,00	751.134,13	0,00
<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>1.649.301,68</b>	<b>7.740.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.389.301,68</b>	<b>0,00</b>
<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>
R12 Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Passivos financeiros	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>1.649.301,68</b>	<b>8.571.186,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.220.487,92</b>	<b>0,00</b>
Recebimentos de operações de tesouraria [B]					0,00	0,00	

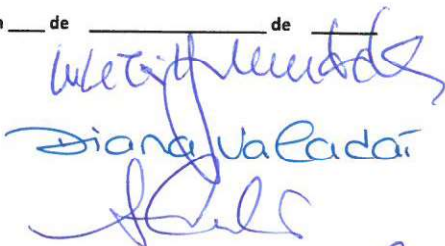
O Contabilista Certificado n.º 456

A Administração

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



## Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2018

Lançamento: 000

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
<b>Despesa corrente</b>								
D1	<b>Despesas com o pessoal</b>	0,00	1.405.034,99	0,00	0,00	0,00	1.405.034,99	0,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	1.083.546,14	0,00	0,00	0,00	1.083.546,14	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	48.265,80	0,00	0,00	0,00	48.265,80	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	273.223,05	0,00	0,00	0,00	273.223,05	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	944.195,07	0,00	0,00	0,00	0,00	944.195,07	0,00
D3	Juros e outros encargos	29.318,61	169.471,72	0,00	0,00	0,00	198.790,33	0,00
D4	<b>Transferências correntes</b>	4.703,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.703,00	0,00
D4.1	<b>Administrações Públicas</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	4.703,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.703,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	641.060,68	0,00	0,00	0,00	0,00	641.060,68	0,00
<b>Despesa de Capital</b>								
D7	Investimento	2.825,41	1.218.685,45	0,00	0,00	0,00	1.221.510,86	0,00
D8	<b>Transferências de capital</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	<b>Administrações Públicas</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	4.221.258,64	0,00	0,00	0,00	4.221.258,64	0,00
<b>Despesa efetiva [5]</b>		<b>1 622 102,77</b>	<b>7 014 450,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 636 553,57</b>	
<b>Despesa não efetiva [6]</b>		<b>0,00</b>	<b>971 039,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>971 039,20</b>	
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	971 039,20	0,00	0,00	0,00	971 039,20	0,00
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>		<b>1 622 102,77</b>	<b>7 985 490,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9 607 592,77</b>	
<b>Pagamentos de operações de tesouraria [C]</b>						<b>51 855,00</b>	<b>51 855,00</b>	
<b>Saldos para gerência seguinte</b>								
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		27.198,91	585.696,24	0,00	0,00	0,00	612.895,15	0,00
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]						0,00	0,00	
<b>Saldo global [2]-[5]</b>		<b>27 198,91</b>	<b>725 549,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>752 748,11</b>	<b>0,00</b>
Despesa primária		1 592 784,16	6 844 979,08	0,00	0,00	0,00	8 437 763,24	0,00
Saldo corrente		-721 109,81	-1 574 506,71	0,00	0,00	0,00	-2 295 616,52	0,00
Saldo de capital		748 308,72	2 300 055,91	0,00	0,00	0,00	3 048 364,63	0,00
Saldo primário		56 517,52	895 020,92	0,00	0,00	0,00	951 538,44	0,00
<b>Receita total [1]+[2]+[3]</b>		<b>1 649 301,68</b>	<b>8 571 186,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 220 487,92</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesa total [5]+[6]</b>		<b>1 622 102,77</b>	<b>7 985 490,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9 607 592,77</b>	<b>0,00</b>

## Demonstração da Execução Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2018

Lançamento: &lt;TODOS&gt;

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç. Período corrente
							Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		
<b>Receitas Correntes</b>												
<b>R1</b>	<b>Receita fiscal</b>											
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>R5</b>	<b>Transferências Correntes</b>											
<b>R5.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>											
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	1.280.599,00	0,00	1.058.475,58	0,00	898.167,55	0,00	0,00	898.167,55	898.167,55	160.308,03	70,14%
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>1.280.599,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.058.475,58</b>	<b>0,00</b>	<b>898.167,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>898.167,55</b>	<b>898.167,55</b>	<b>160.308,03</b>	<b>70,14%</b>
<b>Receitas de Capital</b>												
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>R9</b>	<b>Transferências de Capital</b>											
<b>R9.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>											
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.1.4	Administração Regional	10.300.000,00	0,00	7.740.000,00	0,00	7.740.000,00	0,00	0,00	7.740.000,00	7.740.000,00	0,00	75,15%
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.2	Exterior - UE	1.360.673,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R10	Outras receitas de capital	752.959,00	0,00	751.134,13	0,00	751.134,13	0,00	0,00	751.134,13	751.134,13	0,00	99,76%
	<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>12.413.632,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.491.134,13</b>	<b>0,00</b>	<b>8.491.134,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.491.134,13</b>	<b>8.491.134,13</b>	<b>0,00</b>	<b>68,40%</b>
<b>Receitas não efetivas</b>												
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R13	Passivos financeiros	5.025.135,00	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00	0,00	13,93%
	<b>Total das Receitas não efetivas</b>	<b>5.025.135,00</b>	<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13,93%</b>

## Demonstração da Execução Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2018  
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç. - Períodos anteriores	Período corrente
							Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	131.187,00	0,00	131.186,24	0,00	131.186,24	0,00	0,00	131.186,24	131.186,24	0,00	0,00%	100,00%
	<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>	<b>1.280.599,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.058.475,58</b>	<b>0,00</b>	<b>898.167,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>898.167,55</b>	<b>898.167,55</b>	<b>160.308,03</b>	<b>0,00%</b>	<b>70,14%</b>
	<b>Total Geral (Rec. de Capital)</b>	<b>12.413.632,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.491.134,13</b>	<b>0,00</b>	<b>8.491.134,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.491.134,13</b>	<b>8.491.134,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>68,40%</b>
	<b>Total Geral (Receitas Não Efetivas)</b>	<b>5.025.135,00</b>	<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>13,93%</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>18.850.553,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.380.795,95</b>	<b>0,00</b>	<b>10.220.487,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.220.487,92</b>	<b>10.220.487,92</b>	<b>160.308,03</b>	<b>0,00%</b>	<b>54,22%</b>

O Contabilista Certificado n.º 456

A Administração

Em \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_

*Fernando Sousa*

Em \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_

*Luís Fernandes*  
*Diana Jacinto*

## Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2018  
 Lançamento: <TODOS>

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.				Cativos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau exec. orç. Períodos anteriores	Período corrente
		Dotações Corrigidas	Despesas / descontos	Despesas pagas líquidas de reposições Período corrente	Total									
<b>Despesas Correntes</b>														
D1	<b>Despesas com o pessoal</b>													
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1.508.905,00	0,00	1.096.551,08	0,00	1.096.551,08	1.096.551,08	0,00	1.083.546,14	0,00	13.004,94	0,00%	71,81%	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	79.820,00	0,00	48.265,80	0,00	48.265,80	48.265,80	0,00	48.265,80	0,00	0,00	0,00%	60,47%	
D1.3	Segurança social	341.650,00	0,00	323.768,24	0,00	323.768,24	323.768,24	0,00	273.223,05	0,00	50.545,19	0,00%	79,97%	
D2	Aquisição de bens e serviços	1.079.321,00	0,00	994.159,54	0,00	994.159,54	994.159,54	0,00	944.195,07	0,00	49.964,47	0,00%	87,48%	
D3	Juros e outros encargos	234.236,00	0,00	198.790,33	0,00	198.790,33	198.790,33	0,00	198.790,33	0,00	0,00	0,00%	84,87%	
D4	<b>Transferências correntes</b>													
D4.1	<b>Administrações Públicas</b>													
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.4	Outras	5.000,00	0,00	4.703,00	0,00	4.703,00	4.703,00	0,00	4.703,00	0,00	0,00	0,00%	94,06%	
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D6	Outras despesas correntes	886.775,00	0,00	643.336,58	0,00	643.336,58	643.336,58	0,00	641.060,68	0,00	2.275,90	0,00%	72,29%	
	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>4.135.707,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.309.574,57</b>	<b>0,00</b>	<b>3.309.574,57</b>	<b>3.309.574,57</b>	<b>0,00</b>	<b>3.193.784,07</b>	<b>0,00</b>	<b>115.790,50</b>	<b>0,00%</b>	<b>77,22%</b>	
D7	Investimento	2.603.673,00	0,00	2.589.170,63	0,00	2.589.170,63	2.221.510,86	0,00	1.221.510,86	1.367.659,77	0,00	0,00%	46,91%	
D8	<b>Transferências de capital</b>													
D8.1	<b>Administrações Públicas</b>													
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D9	Outras despesas de capital	7.300.000,00	0,00	4.221.258,64	0,00	4.221.258,64	4.221.258,64	0,00	4.221.258,64	0,00	0,00	0,00%	57,83%	
	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>9.903.673,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.442.769,50</b>	<b>0,00</b>	<b>5.442.769,50</b>	<b>5.442.769,50</b>	<b>0,00</b>	<b>5.442.769,50</b>	<b>1.367.659,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>54,96%</b>	
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D11	Passivos financeiros	4.811.173,00	0,00	971.039,20	0,00	971.039,20	971.039,20	0,00	971.039,20	0,00	0,00	0,00%	20,18%	
	<b>Total das Despesas não efetivas</b>	<b>4.811.173,00</b>	<b>0,00</b>	<b>971.039,20</b>	<b>0,00</b>	<b>971.039,20</b>	<b>971.039,20</b>	<b>0,00</b>	<b>971.039,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,18%</b>	

## Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2018  
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.	
							Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
	Total Geral (Despesas Correntes)	0,00	4.135.707,00	0,00	3.309.574,57	3.309.574,57	3.193.784,07	3.193.784,07	0,00	115.790,50	0,00%	77,22%
	Total Geral (Despesas Capital)	0,00	9.903.673,00	0,00	6.810.429,27	5.442.769,50	5.442.769,50	5.442.769,50	1.367.659,77	0,00	0,00%	54,96%
	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	4.811.173,00	0,00	971.039,20	971.039,20	971.039,20	971.039,20	0,00	0,00	0,00%	20,18%
	Total Geral	0,00	18.850.553,00	0,00	11.091.043,04	9.723.383,27	9.607.592,77	9.607.592,77	1.367.659,77	115.790,50	0,00%	50,97%

O Contabilista Certificado n.º 456

A Administração

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

*Fernando Sousa*

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
*Pieter Vercobben*

## Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício:	Lançamento:	Rubrica	Descrição	Receita					Observações
				Previsões Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas	
2018	<TODOS>		<b>Receitas Correntes</b>						
R1			<b>Receita fiscal</b>						
R1.1			Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2			Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2			Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3			Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4			Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5			<b>Transferências Correntes</b>						
R5.1			<b>Administrações Públicas</b>						
R5.1.1			Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2			Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3			Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.4			Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.5			Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2			Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.3			Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6			Venda de bens e serviços	990.645,00	495.962,00	206.008,00	0,00	1.280.599,00	
R7			Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>990.645,00</b>	<b>495.962,00</b>	<b>206.008,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.280.599,00</b>	
			<b>Receitas de Capital</b>						
R8			Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9			<b>Transferências de Capital</b>						
R9.1			<b>Administrações Públicas</b>						
R9.1.1			Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2			Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3			Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.4			Administração Regional	12.106.981,00	0,00	1.806.981,00	0,00	10.300.000,00	
R9.1.5			Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2			Exterior - UE	0,00	1.509.673,00	149.000,00	0,00	1.360.673,00	
R9.3			Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

## Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício:	2018		Descrição	Receita					Previsões Corrigidas	Observações
	Exercício:	2018		Previsões Iniciais	Inscrições/Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas		
Lançamento:	<TODOS>									
R10			Outras receitas de capital	1.064.146,00	0,00	311.187,00	0,00	752.959,00		
			<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>13.171.127,00</b>	<b>1.509.673,00</b>	<b>2.267.168,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.413.632,00</b>		
R12			Receitas não efetiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R13			Ativos financeiros	5.025.135,00	5.239.097,00	5.239.097,00	0,00	5.025.135,00		
			Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
R11			Total das Receitas não efetiva	<b>5.025.135,00</b>	<b>5.239.097,00</b>	<b>5.239.097,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.025.135,00</b>		
R14			Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	131.187,00	0,00	0,00	131.187,00		
			<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>	<b>990.645,00</b>	<b>495.962,00</b>	<b>206.008,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.280.599,00</b>		
			<b>Total Geral (Receitas Capital)</b>	<b>13.171.127,00</b>	<b>1.509.673,00</b>	<b>2.267.168,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.413.632,00</b>		
			<b>Total Geral (Receitas Não Efetivas)</b>	<b>5.025.135,00</b>	<b>5.239.097,00</b>	<b>5.239.097,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.025.135,00</b>		
			<b>Total Geral</b>	<b>19.186.907,00</b>	<b>7.375.919,00</b>	<b>7.712.273,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.850.553,00</b>		

O Contabilista Certificado n.º 456

A Administração

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_






## Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2018  
Lançamento: <TODOS>

Rubrica	Descrição	Despesa					Dotações Corrigidas	Observações
		Dotações Iniciais	Inscrições/Reforços	Alterações Orçamentais		Créditos Especiais		
				Diminuições/Anulações				
<b>D1</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>							
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1.519.237,00	121.168,00	131.500,00	0,00	1.508.905,00		
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	96.820,00	52.000,00	69.000,00	0,00	79.820,00		
D1.3	Segurança social	358.250,00	312.000,00	328.600,00	0,00	341.650,00		
D2	Aquisição de bens e serviços	1.255.165,00	667.660,00	843.504,00	0,00	1.079.321,00		
D3	Juros e outros encargos	685.300,00	94.000,00	545.064,00	0,00	234.236,00		
<b>D4</b>	<b>Transferências correntes</b>							
<b>D4.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>							
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D5	Subsídios	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00		
D6	Outras despesas correntes	315.500,00	571.275,00	0,00	0,00	886.775,00		
	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>4.230.272,00</b>	<b>1.823.103,00</b>	<b>1.917.668,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.135.707,00</b>		
<b>D7</b>	<b>Despesas de Capital</b>							
D7	Investimento	931.500,00	1.821.173,00	149.000,00	0,00	2.603.673,00		
<b>D8</b>	<b>Transferências de capital</b>							
<b>D8.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>							
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
D9	Outras despesas de capital	9.000.000,00	173.477,00	1.873.477,00	0,00	7.300.000,00		

## Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2018

Lançamento: &lt;TODOS&gt;

Rubrica	Descrição	Despesa				Observações
		Dotações Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
	<b>Total das Despesas de Capital</b>	9.931.500,00	1.994.650,00	2.022.477,00	0,00	9.903.673,00
	<b>Despesas não efetivas</b>					
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	5.025.135,00	5.025.135,00	5.239.097,00	0,00	4.811.173,00
	<b>Total das Despesas não efetivas</b>	5.025.135,00	5.025.135,00	5.239.097,00	0,00	4.811.173,00
	<b>Total Geral (Despesas Correntes)</b>	4.230.272,00	1.823.103,00	1.917.668,00	0,00	4.135.707,00
	<b>Total Geral (Despesas Capital)</b>	9.931.500,00	1.994.650,00	2.022.477,00	0,00	9.903.673,00
	<b>Total Geral (Despesas não efetivas)</b>	5.025.135,00	5.025.135,00	5.239.097,00	0,00	4.811.173,00
	<b>Total Geral</b>	19.186.907,00	8.842.888,00	9.179.242,00	0,00	18.850.553,00

O Contabilista Certificado n.º 456

A Administração

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Fernando Semer

Luís Filipe Monteiro

Diana Jacadai



*P.*  
*cy*  
*[Signature]*

## 11. Relatório de Conselho Fiscal

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

**EXERCÍCIO DE 2018**

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da ILHAS DE VALOR, S.A., relativos ao exercício de 2018.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2018, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o n.º 1 do Artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

**PARECER**

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 26 de Fevereiro de 2019

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## 12. Certificação Legal de Contas

**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Opinião**

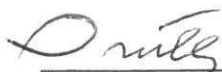
Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 40.810.501 euros e um total de património líquido de 16.267.974 euros, incluindo um resultado líquido de 1.974.614 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 9.607.593 euros de despesa paga e um total de 10.220.488 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**Ênfase**

As demonstrações financeiras da ILHAS DE VALOR, S.A. até 31 de Dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, as mesmas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Estas demonstrações financeiras constituem, assim, as primeiras preparadas pela Empresa de acordo com o novo normativo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.





**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 26 de Fevereiro de 2019



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)